

# BULGÁRIA

## REPÚBLICA DA BULGÁRIA

|  |  |
|--|--|
| Chefe de Estado:                               | <b>Georgi Parvanov</b>                                       |
| Chefe de Governo:                              | <b>Boyko Borissov (substituiu Sergey Stanishev em Julho)</b> |
| Penas de morte:                                | <b>abolicionista para todos os crimes</b>                    |
| População:                                     | <b>7,5 milhões</b>   |
| Esperança média de vida:                       | <b>73,1 anos</b>   |
| Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f): | <b>17/13 por 1000</b>  |
| Taxa de literacia nos adultos:                 | <b>98,3 por cento</b>  |

**A comunidade cigana continuou a enfrentar discriminação generalizada, bem como a ameaça de despejo forçado das suas casas. A detenção prolongada de requerentes de asilo violava a legislação da UE. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou que a Bulgária tinha violado a proibição de tortura e tratamento degradante da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.**

## Antecedentes

Um novo governo minoritário liderado pelo primeiro-ministro Boyko Borissov foi nomeado em Julho, na sequência das eleições parlamentares. O partido Cidadãos para o Desenvolvimento Europeu, no poder, era apoiado por três pequenos partidos, incluindo o partido de extrema-direita Ataque, conhecido pelas suas posições anticiganos e antiturcos.

## Discriminação – Ciganos

A comunidade cigana continuou a ser discriminada no acesso à educação, habitação e cuidados de saúde. Em Janeiro, nos relatórios-sombra enviados à Comissão da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), várias ONGs nacionais e internacionais destacaram os frequentes despejos forçados de ciganos. Os ciganos residentes em comunidades informais raramente tinham direitos de propriedade, correndo o risco de serem vítimas de despejos forçados e de serem atirados para a miséria. A Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância informou em Junho que a discriminação contra os ciganos era generalizada e incluía restrições no acesso a locais públicos.

### Direito a uma habitação adequada

■ Em Setembro, quase 50 casas de ciganos foram demolidas e as famílias que ali habitavam foram expulsas à força da localidade de Burgas. A decisão do conselho local de demolir as casas construídas ilegalmente em terrenos municipais ou privados deixou cerca de 200 pessoas, que viviam na região há vários anos, sem alojamento. A ONG Comité de Helsínquia da Bulgária denunciou a utilização de força excessiva pela polícia durante as demolições. Apesar das alegações feitas pelo presidente da câmara de Burgas de que as famílias teriam direito a uma habitação municipal de renda reduzida, não foi oferecido qualquer alojamento alternativo. Os ciganos despejados foram apenas aconselhados a candidatarem-se a habitação municipal. Em Setembro os membros da comunidade representados pelas ONG Iniciativa de Igualdade de

Oportunidades e o Centro para o Direito à Habitação e Desalojamento, apresentaram uma queixa ao Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas contra os desalojamentos forçados.

### **Direito à saúde – acesso à assistência social**

Em Abril, o Comité Europeu dos Direitos Sociais considerou que a Bulgária tinha violado a Carta Social Europeia. Na resposta a uma queixa apresentada pela Centro Europeu para os Direitos dos Ciganos e pelo Comité de Helsínquia da Bulgária, o Comité considerou que o governo não tinha garantido devidamente o acesso das pessoas sem recursos à assistência social. As ONGs criticaram uma emenda à Lei da Assistência Social, que reduziu o período durante o qual as pessoas desempregadas podiam obter assistência social. As ONGs frisaram que esta emenda teria um efeito díspar e injustificado sobre os ciganos, que constituíam a maioria dos beneficiários. O Comité considerou que as autoridades deviam pagar "subsídios adequados" a qualquer pessoa que não tivesse recursos e que necessitasse de ajuda, e que o acesso a estes subsídios não deveria estar sujeito a limites temporais, uma vez que essa limitação poderia privar os requerentes de meios básicos de subsistência.

### **Detenção sem julgamento**

A Bulgária foi mais uma vez acusada de violar o direito a uma audiência pública dentro de um período razoável de tempo, conforme estipulado pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

■ O processo criminal contra Valentin Ivanov demorou perto de oito anos, tendo tido início em Setembro de 1992 e terminado em Novembro de 2000. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou que este período excedeu a regra do "período razoável de tempo", e notou ter frequentemente encontrado outras violações deste direito noutros casos anteriores contra a Bulgária.

### **Tortura e outras formas de maus-tratos**

A Bulgária foi acusada de violar a proibição de tortura ou tratamento degradante tal como prevista na Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

■ Em Janeiro, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou que a proibição da tortura tinha sido violada e que não tinha existido uma análise eficaz às lesões que comprovavam que Georgi Dimitrov tinha sido maltratado sob custódia policial. Detido em 2001 sob acusação de fraude, quando saiu da prisão em 2004 alegou que tinha sido espancado por agentes de polícia.

Em Março, o CERD manifestou a sua preocupação relativamente aos maus-tratos e ao uso excessivo da força por parte da polícia contra os grupos minoritários, principalmente os ciganos. O Comité de Helsínquia da Bulgária e o Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos apresentaram ao CERD um relatório-sombra no qual citavam casos de maus-tratos policiais contra pessoas e uso desproporcionado da força por parte da polícia contra comunidades ciganas.

■ Em Agosto, o Tribunal Militar de Recurso confirmou as penas de 16 a 18 anos de prisão contra cinco agentes da polícia "antimáfia" condenados em 2008 por espancarem até à morte Angel Dimitrov, de 38 anos, na cidade de Blagoevgrad. Os agentes de polícia recorreram da sentença para o Supremo Tribunal de Cassação.

## **Instituições de saúde mental**

As ONGs continuaram a criticar os procedimentos de admissão e as condições nas instituições de assistência social para pessoas com deficiências mentais.

■ O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem ouviu em Novembro dois casos relacionados com admissões e condições de vida em centros de assistência nas localidades, respectivamente, de Pastra e Pravda. Em ambos os casos, foi alegado que os indivíduos tinham sido privados dos seus direitos legais e colocados forçosamente sob custódia. O Comité Europeu para a Prevenção da Tortura tinha recomendado em 2003 o encerramento da instituição de Pastra devido às deficientes condições de vida e assistência, equivalentes a tratamento desumano e degradante, e o governo tinha anunciado em 2004 que ia acatar a recomendação.

## **Refugiados e requerentes de asilo**

Os requerentes de asilo continuaram a ser detidos durante vários meses, ou até mesmo anos.

■ O Tribunal Europeu de Justiça ordenou em Novembro a libertação imediata de Said Kadzoev, um requerente de asilo de nacionalidade russa e origem chechena, que corria risco de tortura e outras formas de maus-tratos se fosse repatriado à força para a Federação da Rússia. Numa decisão importante, o Tribunal considerou que a excepção ao limite de 18 meses de detenção de requerentes de asilo, proposta pelo Tribunal Administrativo de Sófia, violaria a directiva da UE sobre os padrões e procedimentos para a devolução de cidadãos de países terceiros em situação ilegal. Said Kadzoev foi detido em 2006, e continuava sob custódia, apesar dos pedidos dos seus advogados para lhe serem aplicadas medidas menos severas. O Tribunal considerou que os requerentes de asilo não deviam ser detidos como castigo por não terem documentos válidos ou por comportamento agressivo.

## **Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais**

A segunda marcha de Orgulho lésbico, homossexual, bissexual e transexual realizou-se em Junho, em Sófia. No período que antecedeu a marcha, o líder do partido de extrema-direita, União Nacional Búlgara, anunciou uma "semana de intolerância" como resposta ao evento. O desfile decorreu sob protecção policial e não se registaram incidentes.